

B.



*W. de S. G. e.*

**COLÓQUIO  
INTERNACIONAL**

# **Universo Urbanístico Português**

**1415-1822**

**ACTAS**



L.

*Labara*



COMISSÃO NACIONAL  
PARA AS COMEMORAÇÕES  
DOS DESCOBRIMENTOS  
PORTUGUESES



TÍTULO

*Actas do Colóquio Internacional*  
*Universo Urbanístico Português 1415-1822*

COORDENADORES

Walter Rossa, Renata Araujo e Hélder Carita

EDIÇÃO INTEGRADA NO PROJECTO

A CIDADE COMO CIVILIZAÇÃO:  
UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS 1415-1822

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO

Fernanda Abreu

DESIGN (CAPA)

TVM designers

DESIGN (MILO)

Patrícia Proença

© Comissão Nacional para as Comemorações  
dos Descobrimentos Portugueses

PAGINAÇÃO E PRÉ-IMPRESSÃO

Textype

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Tipografia Lousanense, L.<sup>da</sup>

1.<sup>a</sup> edição: Março de 2001

ISBN 972-787-033-3

Depósito legal n.º 163 121/01

ACTAS DO COLÓQUIO INTERNACIONAL  
UNIVERSO URBANÍSTICO PORTUGUÊS  
1415-1822

*Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico*  
*Português, 1415-1822* / coordenação de Renata  
Araujo, Hélder Carita e Walter Rossa. – Lisboa:  
Comissão Nacional para as Comemorações dos  
Descobrimentos Portugueses, 2001. – 936p; il;  
30 cm. – ISBN-972-787-033-3

## Coimbra, «capital» do ducado do infante D. Pedro. Algumas questões em torno de uma possível intervenção urbanística

*Luísa Trindade*

Do universo urbanístico português optou-se pelo estudo da cidade de Coimbra, emblemática, em muitos aspectos, das estruturas urbanas de finais da Idade Média. Cronologicamente, parte-se de 1415, data em que D. João I, no seguimento da conquista de Ceuta, criou o ducado de Coimbra para o entregar a seu filho, o infante D. Pedro, que o manteve até à sua morte em 1449.

Sem pretender trazer dados inéditos sobre Coimbra, D. Pedro ou o seu ducado considerou-se, contudo, ser oportuno reunir um conjunto de elementos ainda dispersos que permitam compreender qual a actuação do infante no espaço urbano que senho-reou ao longo de trinta e quatro anos.

A resposta a esta questão foi estruturada em torno de duas ideias fundamentais: o perfil do infante e a posse de uma das mais importantes cidades do reino, sobre a qual deteve uma ampla liberdade de acção.

Quanto ao primeiro aspecto, informa Rui de Pina que «foy bem latinado, e assaz mistyco em ciencias e doutrinas de letras, e dado muyto ao estudo, elle tirou de latym em linguaagem o Regimento de Pryncipes, que Frey Gil Correado compos, e assy tirou o lyro dos Offycios de Tullio, e Vegecio de Re Militari, e compos o livro que se diz da Virtuosa Benefeytoria...» (PINA, R. – *Chronica...*, cap. CXXV). O quadro traçado pelo cronista é o de um homem invulgarmente culto e interessado. Na realidade, todas as acções de D. Pedro apontam nesse sentido. A educação que promove no seu círculo familiar, de que se destaca a contratação de Mateus Pisano para preceptor de D. Afonso V, é disso exemplo, tal como a tentativa de criar um Estudo Geral em Coimbra, do qual seria o protector, ou a vontade expressa na carta de Bruges de «emendar» a Universidade de Lisboa, de acordo com o que vira em Oxford e Paris.

Documento privilegiado para o estudo de D. Pedro, a Carta de Bruges, enviada a D. Duarte, em 1426, (SÁ, A. – *A Carta de Bruges...*) é suficiente por si só para demonstrar a atitude do infante durante

a longa viagem que empreende pela Europa, no período que decorre entre 1425 e 1428. Observador atento, não deixa de estabelecer comparações com a realidade portuguesa de então, revelando um apurado espírito crítico e abertura a novas influências.

A sua digressão por terras estrangeiras, pela qual ficou conhecido como Príncipe das Sete Partidas tinha, ao que tudo indica, motivos diplomáticos. Durante esse período visita a Inglaterra e a Flandres passando de seguida à corte de Segismundo, futuro imperador da Alemanha, onde permanece por dois anos. No trajecto visita Nuremberga, Ratisbona e Viena. Em 1428, inicia a viagem de regresso por Itália viajando entre Ferrara, Pádua, Bolonha e Florença. Em Roma é recebido pelo papa Martinho V. Atravessa o Mediterrâneo até Barcelona, chegando finalmente a Portugal em meados de Setembro. À educação culta que recebera na corte do seu pai, D. Pedro juntava o conhecimento invulgar que uma viagem de três anos forçosamente lhe proporcionara. Saldava-se, sobretudo, por uma vivência urbana rica e variada.

A partir do século XIII, um pouco por toda a Europa, torna-se mais firme a convicção, entre cidadãos e governantes, de que a imagem da cidade, com as suas praças, ruas, portas e muralhas, com os seus edifícios particulares ou públicos e equipamentos urbanos, pode expressar valores e conteúdos de ordem política (PARDO, V. – *Historia del Urbanismo*, p. 35).

Ao longo da centúria seguinte, impõem-se novas preocupações estéticas e procura-se o *decoro*, conceito que compreende a durabilidade, a comodidade, a regularidade visual, obrigando em simultâneo ao desenvolvimento das normas administrativas relacionadas com a cidade (BENÉVOLO, L. – *A cidade...*, p. 100). Os estatutos florentinos, de 1415, desenvolvem amplamente estes aspectos. Veneza possuía, desde finais do século XIII, o cargo de *Magistro del Piovego*, encarregado de tutelar as proprie-

dades públicas. Em 1425, Martinho V restabelece, em Roma, o ofício dos *Magistri Viarum* um cargo que pretendia controlar a regularidade, a execução e a manutenção das vias, das fontes públicas e das construções. Entre as suas funções destacava-se o controlo da actividade urbanística e o regulamento do uso do espaço e recursos comuns, bem como a higiene urbana e a segurança pública.

Aspectos como a pavimentação e iluminação, anteriormente introduzidos apenas em algumas cidades e reservados a espaços nobres, propagam-se a muitos outros centros urbanos. A pavimentação de Florença inicia-se em 1235, estando concluída um século depois. A iluminação de Veneza, obrigação que recaía sobre os cidadãos particulares, data do século XIV.

Genericamente podemos afirmar que as grandes cidades europeias, estabilizadas quanto às suas dimensões e funções, nos finais da Idade Média concentraram a partir daí os seus esforços, no engrandecimento e na regularização pontual do espaço urbano, na procura de um maior conforto e no desenvolvimento da regulamentação urbanística (BENÉVOLO, L. – *A cidade...*, p. 100).

Os exemplos referidos não são susceptíveis de comparação com o mundo urbano do Portugal quatrocentista ou mesmo quinhentista. Florença alcançava já, em 1300, cerca de cem mil habitantes (BRAUNFELS, W. – *Urbanismo occidental*, p. 49) numa extensão de quatrocentos e trinta hectares. Pela mesma altura, Coimbra atingiria uma mancha urbanizada próxima dos cinquenta hectares (GOMES, S. A. – *Mundo rural...*, p. 394) e uma população que, cerca de duzentos anos depois, não ultrapassava os seis mil habitantes (SILVA, A. – *Evolução...*, pp. 27-29).

Mesmo Lisboa, cidade enorme à escala nacional, rondaria apenas os trinta e cinco mil habitantes em finais do século XIV (MARQUES, A. H. de O. – *Novos ensaios*, p. 85). Da mesma forma não se detectou até à data a existência no nosso país de «pessoas ou grupos com funções exclusivas e determinantes na gestão urbanística» (ROSSA, W. – *A cidade portuguesa*, p. 266).

O orgulho pela cidade, com todas as intervenções daí decorrentes, parece consolidar-se apenas nas últimas décadas de Quatrocentos, tornando-se uma preocupação dominante de monarcas e concelhos, principalmente nas cidades onde a corte mais frequentemente estanciava. Apesar de alguns exemplos precoces, pontuais e esparsos, bem como de várias disposições municipais e régias anteriores, o cuidado em projectar da urbe uma outra imagem é um fenómeno que só na segunda metade do século XV se multiplica e generaliza (GONÇALVES, I.

– *Um olhar...*, pp. 87 e 121). Só nesta altura se inicia verdadeiramente o calcetamento das vias de comunicação urbanas (ANDRADE, A. – *Um espaço urbano...*, p. 31) e, mesmo assim, apenas no que diz respeito a ruas principais.

A iluminação restringia-se a pequenos períodos de excepção, normalmente coincidentes com as grandes festas régias (GOMES, R. C. – *A Guarda medieval*, p. 48). O mesmo se verifica em relação ao saneamento urbano que, sendo já uma preocupação dos primeiros monarcas de Avis (em 1449, as Ordenações Afonsinas determinavam a limpeza das ruas, bem como das servidões das águas), não deixava de ter uma eficácia muito limitada (MARQUES, A. H. de O. – *A sociedade medieval...*, p. 92).

A rua, sendo um dos principais espaços de vivência do homem medieval, não deixava por isso de ser local de despejos e acumulação de detritos, de que é prova o costume da «água vai», contra o qual, ainda em 1484, D. João II tomava providências. De forma semelhante actuava o concelho de Coimbra, quando, em 1526, multava em quinhentos reais os «que deitam de suas casas muitas sujidades de estêrco» (LOUREIRO, J. – *Livro de Regimentos e Posturas*, p. 75). Na maior parte das cidades portuguesas a limpeza das vias ocorria «nas proximidades de celebrações importantes ou quando se aguardava a vinda do rei ou de qualquer visitante de maior respeito» (FERREIRA, M. – *Uma rua de elite...*, p. 37).

Era este o cenário urbano que D. Pedro conhecia. Durante a sua viagem, percorreu certamente muitas cidades em tudo semelhantes. Contudo, como a consulta do seu itinerário permite concluir, os pontos-chave da sua acção diplomática foram naturalmente as grandes capitais europeias, onde outras concepções urbanísticas estavam já em vigor. Ganha consistência, portanto, a hipótese de uma provável influência.

Dificilmente lhe teria passado despercebido o desenvolvimento urbano que então atravessava um período de ouro em Florença ou despontava na Roma de Martinho V. O contacto estreito com as cidades italianas ou da Flandres, pioneiras na regulamentação urbanística e na criação de uma imagem prestigiante e emblemática, suscitou, com toda a probabilidade, uma viva impressão no Duque que não deixaria de acalentar alguns projectos de benfeitorias para a sua *nobre cidade de Coimbra*.

Quais? As fontes são, infelizmente, omissas.

Rui de Pina informa que «com suas despesas próprias mandou fazer nos dias que viveu casas e obras muito piedosas, assi como a igreja da cerca de

Penella, e de São Miguel d'Aveiro, e o mosteiro de Santa Maria da Misericórdia, que deu à ordem de São Domingos, e a igreja de Tentugal com outras» (PINA, R. – *Chronica...*, cap. CXXV; sobre as obras referenciadas, cf. MACEDO, F. – *O infante D. Pedro...*, pp. 459 e segs.). Coimbra não é referida.

Através da vasta correspondência trocada com a câmara de Coimbra, (PIMENTA, B. – *As cartas do infante...*) é conhecida a preocupação de D. Pedro com a concretização de obras públicas como o abastecimento de água à cidade, a manutenção de muros, caminhos, calçadas e pontes, comprovando uma activa intervenção por parte do Duque na vida administrativa de Coimbra e do seu termo.

Outro tipo de documentação conservada refere, directa ou indirectamente, intervenções de D. Pedro no seu ducado como é o caso do Tombo de Penela, (ARNAUT, S. – *O infante D. Pedro...*, p. 173) da autorização concedida pelo rei D. Duarte a seu irmão para construir casas em Aveiro (SILVA, M. – *Aveiro medieval*, pp. 43-44) ou das obras de reparação levadas a cabo na torre de Buarcos (BARROCA, M. – *Torres...*, pp. 65-66), documentos a referir oportunamente.

Apenas referências pontuais a edifícios construídos de raiz ou remodelados pelo infante. No âmbito do urbanismo depara-se com um silêncio absoluto, silêncio que se generaliza no que toca à cidade de Coimbra, à excepção da breve menção a obras em fontes, calçadas e muros.

Na ausência de documentação relevante sobre uma hipotética intervenção de D. Pedro na «capital» do ducado, resta a análise da mais importante das fontes: a própria cidade de Coimbra. Apesar das balizas cronológicas definidas, recorreu-se, sempre que pareceu relevante para a percepção do espaço quatrocentista, a informações anteriores ou posteriores.

Não ultrapassando a cifra dos seis mil habitantes, Coimbra era, na primeira metade de Quatrocentos, uma grande cidade no contexto nacional, constituindo ainda, à época, um dos quatro pólos principais no percurso da corte.

Como muitas outras cidades portuguesas, contava com uma forte componente histórica, cujos traços eram bem visíveis na paisagem urbana. A cidade medieval herdou e deu continuidade às preexistências romanas, visigóticas e muçulmanas. Esta herança fazia-se sentir sobretudo na ocupação do monte escarpado, verdadeira acrópole rodeada por vales profundos à semelhança de fossos naturais. O seu papel essencialmente estratégico-militar era

complementado por uma imponente muralha que, envolvendo toda a colina, conferia ao assentamento uma absoluta inexpugnabilidade (sobre as origens da muralha, cf. ALARCÃO, J. – *As origens...*, pp. 36-37). Factor decisivo em tempos de insegurança como os da Reconquista cristã, a cerca não se tornara ainda obsoleta nos séculos XIV e XV. Provam-no as obras de ampliação e reforço ordenadas por D. Fernando que, apesar de inseridas numa política régia de âmbito global, se revelaram verdadeiramente oportunas na cidade de Coimbra. A documentação da época refere frequentemente casas que «forom derubadas cando El rey Dom Anrique veio a este regno» (ANTT, *Almoxarifado de Coimbra*, Núcleo Antigo, 287), comprovando a passagem das hostes castelhanas de Henrique II, em 1373, pelos arrabaldes de Coimbra. A cidade alta mantinha, portanto, a sua função de reduto defensivo, sendo, por isso, alvo das preocupações dos monarcas. Mas o apoio régio à construção e manutenção das muralhas adquiria ainda outros significados igualmente importantes. Delimitava um espaço tributável: a entrada na cidade estava sujeita ao pagamento da portagem, direito real consignado pelas Ordenações. Acima de tudo, o muro assumia um importante significado simbólico, como elemento de diferenciação, afirmando a identidade urbana por oposição ao campo envolvente (GONÇALVES, I. – *Um olhar...*, p. 212; ANDRADE, A. – *A paisagem...*, p. 18).

Ao longo do perímetro da muralha, *grosso modo* circular e definido pela topografia da colina, rasgavam-se cinco portas, estruturas cuja importância na cidade medieval nunca é de mais salientar. Por elas se estabelecia o contacto com o arrabalde e campos envolventes. Situavam-se, regra geral, junto de espaços ou edifícios de relevo: a Porta da Almedina, frente ao coração do arrabalde, onde se realizava a feira; a Porta de Belcouce, nas proximidades da ponte; a Porta Nova, permitindo o acesso directo ao Mosteiro de Santa Cruz; a Porta do Sol, colocando o castelo em contacto directo com o exterior do recinto muralhado. A quinta e última Porta, da Genicoca, teria tido, na sua origem, uma função essencialmente militar, permitindo uma circulação discreta em caso de cerco, por isso também denominada de «porta falsa» (CARVALHO, J. – *Tombo antigo...*, p. 42) ou da Traição.

A localização das portas era facilmente identificável no perfil da urbe já que, pela sua vulnerabilidade em termos defensivos, eram flanqueadas por torres ou mesmo antecidadas por barbacãs, como acontecia na Porta da Almedina. Espaços de passa-

gem obrigatória, tornavam-se naturalmente pontos privilegiados de convívio e trocas comerciais.

O perímetro da muralha (sobre o trajecto das muralhas, cf. VASCONCELOS, A. – *Sé Velha...*, pp. 83-92; VENTURA, L. – *A muralha...*, pp. 47-50; MARGARIDO, A. – *A morfologia...*, p. 50; COELHO, H. – *Coimbra...*, p. 336) definia um dos percursos mais concorridos do interior da cerca, mas outros existiam que, partindo das portas, davam acesso aos edifícios de maior prestígio, civis ou religiosos. A artéria principal, verdadeiro eixo estruturador da malha urbana, atravessava a Alta no sentido poente-nascente, ligando a Porta da Almedina à Sé, vencendo o forte declive até ao Paço do Bispo para continuar em direcção ao Castelo. Uma outra via, igualmente importante, estabelecia a comunicação entre o castelo e o Paço da Alcáçova. Apesar de constituírem itinerários principais, estas ruas não se distinguiam de todas as outras que rasgavam a Alta, por uma maior regularidade ou dimensão. As ruas eram, em Coimbra, como na generalidade das cidades medievais, estreitas, por vezes quase exíguas. Regra a que também não escapavam os adros e largos, normalmente espaços acanhados, apesar do importante papel que desempenhavam na vida da comunidade. Era o caso do adro da Catedral onde, nos finais do século XV, o bispo D. Jorge de Almeida se via obrigado a derubar algumas casas para o tornar grande e espaçoso (DIAS, P. – *A arquitectura de Coimbra...*, p. 25).

Para além de estreitas, as ruas caracterizavam-se pela irregularidade do traçado, fruto da adaptação ao acidentado do terreno. Para vencer o forte declive, que na cota máxima, junto ao castelo, atingia os cento e dez metros de altitude em relação à Rua da Calçada, actual Ferreira Borges, desenvolviam-se de forma sinuosa, ora seguindo as curvas de nível ora recorrendo a escadas e linhas quebradas em ziguezague. Na encosta sul, onde o peso da tradição muçulmana se faria sentir mais fortemente, o traçado chegava a ser caótico, formando um dédalo de ruas quase labirínticas (MARGARIDO, A. – *A morfologia...*, pp. 56-57).

Numa carta enviada a D. Duarte, em 1430, D. Pedro refere a necessidade do «corregimento» de caminhos e calçadas no «arredor da cidade de Coimbra e dentro em ella» (PIMENTA, B. – *As cartas...*, p. 13). A pavimentação das ruas seria, no entanto, restrita e, regra geral, o morador da cidade habituara-se à lama de Inverno e poeiras de Verão (ANDRADE, A. – *Um percurso...*, p. 31), aquela tanto mais grave se pensarmos nos cursos de água que desciam pela encosta da Almedina.

Definindo a importância dos percursos e a hierarquia das artérias, encontravam-se os edifícios de carácter singular, tais como o castelo, o Paço da Alcáçova, a Sé e o paço do bispo. Pela localização estratégica nos pontos mais altos, no caso dos dois primeiros, bem como pela arquitectura cuidada e volumetria invulgar, elevavam-se bem visíveis acima do casario, marcando de forma indelével a paisagem urbana. Edificados ou reconstruídos em plena *Reconquista*, reflectiam a conjuntura de guerra nas formas arquitectónicas adoptadas: a Alcáçova, «palácio-fortaleza constituído por uma cerca quadrangular com as respectivas torres (PIMENTEL, A. – *Domus Sapientiae...*, p. 35); a Sé, coroada de ameias; o paço do bispo, hoje desconhecido, mas de cuja cerca privada sobrevive um arco do século XII. Pelas funções que desempenhavam constituíam-se como pólos aglutinadores e espaços privilegiados de sociabilidade. Na primeira metade do século XV, o adro da Sé era ainda o centro cívico por excelência, onde se situava o pelourinho, a casa da audiência da cidade, onde frequentemente se encontrava o tabelião e se ouvia o pregoeiro.

De toda a zona circunscrita pela muralha, era também em torno da Sé que as construções se adensavam, procurando a protecção dos muros sagrados, fenómeno que se repetia, em menor escala, junto das igrejas colegiadas como São Salvador e São João de Almedina, ambas junto ao paço do bispo, ou São Cristóvão e São Pedro, nas proximidades da Alcáçova. Dado comum à maioria das cidades medievais, o espaço intramuros não estava totalmente ocupado por construções, áreas que, em muitos casos, funcionaram como reservas de crescimento. O rossio junto ao castelo, a pedreira de São Sebastião (CARVALHO, J. – *Tombo antigo...*, p. 42), os cortinhais, constantemente mencionados na documentação, são alguns exemplos a referir. Por isso, a norma passava pelas casas térreas ou de sótão e sobrado, a que frequentemente se associava o tradicional quintal nas traseiras. Ao contrário da Baixa, a fraca densidade populacional da Almedina não obrigou à construção de casas em altura.

A presença do bispo, do alcaide ou do próprio monarca, apesar da cada vez menor importância de Coimbra nos itinerários régios (GOMES, R. C. – *A Corte dos Reis...*, p. 263), atraía, naturalmente, a aristocracia, os cónegos e os militares, que estabeleciam na Alta a sua residência. Sem total exclusividade, o interior da cerca assumia-se como zona residencial e de serviços.

A actividade comercial, não sendo a verdadeira vocação da Almedina, não estava, no entanto, totalmente ausente no interior da cerca. Concentrava-se essencialmente na Rua das Tendas e na Rua das Fangas, ou seja, em dois dos principais eixos viários que, partindo da Porta da Almedina, levavam, respectivamente, à Sé e à Porta de Belcouce.

Mas a cidade medieval não era apenas constituída pelo espaço intramuros. A partir do século XII, afastado o perigo muçulmano para sul, com a conquista de Santarém e Lisboa, a cidade iniciara a expansão para além do seu recinto primitivo. Fê-lo em direcção ao rio, aproveitando uma excepcional situação geográfica: uma planície delimitada a ocidente pelo Mondego e a oriente pela antiga via romana Olisipo-Bracara Augusta, que, na Idade Média, continuava a ser o principal eixo viário no sentido norte-sul. A topografia plana, associada à fácil acessibilidade, por via terrestre ou fluvial, desencadeou inevitavelmente o (re)aparecimento de novos pólos de desenvolvimento, determinando a sua vocação mercantil, laboriosa e artesanal.

Livre da pressão das muralhas, o arrabalde ocupava, no século XV, uma área considerável. O forasteiro que entrasse em Coimbra pelo lado sul, seguindo o antigo eixo viário romano, encontrava na margem esquerda o Burgo de Santa Clara, em expansão desde que franciscanos e clarissas aí se instalaram. Junto ao Mosteiro de Santa Clara situava-se também o Paço Régio, edificado nos inícios do século XIII, que, em finais da Idade Média, disputava a primazia ao antigo Paço da Alcáçova. Para atravessar o Mondego, o visitante dispunha das tradicionais barcas ou da grande ponte de pedra que D. Afonso Henriques mandara construir sobre a anterior ponte romana. A entrada na cidade era assinalada por uma torre (ou Porta de São Bento?), onde se encontravam as armas de Coimbra, cenário, aliás, em que Rui de Pina, coloca os infantes D. Pedro e D. Henrique (PINA, R. – *Chronica...*, cap. LII). O trajecto mais concorrido seria aquele que seguia pela Rua da Calçada, já assim denominada em 1404. Aqui residiam preferencialmente os mercadores, em casas que, nos inícios da centúria seguinte, atingiam frequentemente os quatro sobrados (CARVALHO, J. – *Tombo antigo...*, pp. 10-12). Desenvolvendo-se em lotes estreitos e profundos, eram ocupadas ao nível térreo pelas tendas, abertas para a rua, e pelo quintal nas traseiras. No prosseguimento da rua rasgava-se a Porta da Almedina, o mais importante acesso ao espaço intramuros, em cuja torre reuniam, na primeira metade do século XV,

os homens-bons do concelho. Sensivelmente em frente, em plano inferior, situava-se o antigo rossio, balizado pelas igrejas românicas de São Tiago e São Bartolomeu. Centro nevrálgico do arrabalde, onde se realizava a feira, é designado por D. Pedro como a «Praça da Cidade», expressão que claramente denota a importância crescente deste espaço público (PIMENTA, B. – *As cartas...*, p. 34). Pela sua vitalidade económica, desencadeou o crescimento de todo um bairro envolvente que se estendia até ao rio onde se situavam os principais cais da cidade, onde continuamente desembarcavam as mercadorias. As ruas, perpendiculares ao rio, estreitas mas de traçado razoavelmente regular, especializaram-se, como em tantas outras cidades e vilas medievais nos diversos mesteres. Obedecendo também a padrões comuns (ANDRADE, A. – *Conhecer...*, p. 132), era no arrabalde que se situavam algumas das actividades mais poluentes que a edilidade pretendia manter afastadas do espaço intramuros: as Ruas das Olarias, dos Tanoeiros, dos Piliteiros e da Ferraria são apenas alguns dos exemplos a citar.

Regressando à Rua da Calçada e continuando pela de Coruche, o visitante chegava ao Largo de Sansão, frente ao prestigiado Mosteiro de Santa Cruz. Tal como o adro da Sé e a Praça de São Bartolomeu, constituía um dos mais importantes espaços de sociabilidade da cidade medieval. Para além da componente sagrada e de inúmeras festividades, aí se abasteciam os habitantes de água, aí se trocavam produtos, aí passava também o pregoeiro. O prestígio do Mosteiro, bem como as inúmeras actividades que decorriam no largo, obrigaram a sucessivas obras de ampliação: a primeira, no início do século XV, por ordem de D. Afonso Martins, décimo nono prior-mor de Santa Cruz, (LOUREIRO, J. – *Toponímia...*, vol. II, p. 359), a segunda, por iniciativa de frei Brás de Braga, reformador do mosteiro que, cerca de 1528, «fez o terreiro que está à porta da igreja, para o qual derrubou muitas casas suas, isto à sua custa» (CORREIA, V. – *Obras*, p. 309).

Frente a Santa Cruz corriam várias ruas, como a de Tingerodilhas, dos Pintores, da Moeda, comprovando a toponímia a intensa actividade artesanal e mercantil de todo o arrabalde.

Seguindo na direcção norte, o casario tornava-se menos compacto, aglomerando-se em torno das igrejas de Santa Justa e São Domingos, rareando seguramente junto à gafaria. Ainda na saída de Coimbra, e bem próximo de Santa Cruz, situava-se um outro espaço que, se bem que essencial à vida da cidade pelo tipo de serviços que oferecia, não dei-

xava de ocupar um lugar inferior na hierarquia de preferências: era a Judiaria Nova, onde as mancebas solteiras da cidade se recusam a permanecer «por seer lugar honde lhes poderiam fazer nojo» (PIMENTA, B. – *As cartas...*, p. 29), opinião corroborada por D. Pedro que o considera, em 1437, como «lugar assaz desonesto» (PIMENTA, B. – *As cartas...*, p. 29).

Modelo comum a tantas outras estruturas urbanas dos finais da Idade Média, a crescente vitalidade do arrabalde origina um progressivo abandono da Alta, evolução que culmina no século XVI, apesar dos seus efeitos se fazerem sentir em datas muito anteriores.

Em Coimbra, a tendência é manifesta, na primeira metade do século XVI, altura em que se assiste ao triunfo da Praça de São Bartolomeu na vida da urbe. Para aqui é então transferida a casa da Câmara, onde também funciona o Paço dos Tabelaes (1532), o pelourinho, os açougues (cerca de 1512, se bem que já anteriormente se encontrassem nas imediações da Praça, pelo menos desde 1398). Aqui é instituído o Hospital Real (1503) e a Misericórdia (1546), caracterizando o movimento que Walter Rossa denominou como «nova centralidade» (sobre a Praça de São Bartolomeu, cf. LOUREIRO, J. – *Toponímia...*, vol. I, pp. 235-248; ROSSA, W. – *A cidade portuguesa*, p. 263).

Pelo Numeramento de 1527, a população da Almedina e arrabalde rondaria os cerca de cinco mil duzentos e vinte habitantes. Destes, apenas mil quatrocentos e cinquenta habitariam ainda a parte alta da cidade. Apesar de, como destacou Carneiro da Silva, o numeramento não incluir os religiosos, militares, judeus e escravos, a discrepância numérica é ainda suficientemente elucidativa. Aliás, a baixa densidade populacional da Alta é confirmada por fontes documentais, seja na referência a espaços verdes, seja na menção a casas arruinadas e pardieiros, ou até na ocupação quinhentista de grandes áreas intramuros, até aí desocupadas, caso do complexo jesuítico, no local que o monarca destinara para o Estudo Geral. O estado arruinado do Estudo Dionisino, junto ao Paço Régio, é mais uma prova do relativo abandono da Alta e, se D. João III pode ceder os Paços da Alcáçova, para a instalação da Universidade, tal só foi possível porque «D. Manuel Fez hos Paços de coimbra quomo agora estão, por hos velhos serem tão destroidos, que foi neçesario fazeremsse de novo» (GÓIS, D. – *Crónica...*, p. 233). O testemunho de Damião de Góis é, por sua vez, facilmente compreensível se pensarmos que

o Paço Real de Santa Clara, na margem esquerda do Mondego, instituído por D. Isabel, era, nos finais da Idade Média, morada frequente de reis e duques. Ao lado da burguesia próspera apareciam agora membros da nobreza: na crónica de D. Fernando, narra Fernão Lopes que D. Maria Teles, irmã da rainha e mulher do infante D. João, filho de Inês de Castro, pousava num paço junto à igreja de São Bartolomeu (LOPES, F. – *Crónica...*, p. 282).

O abandono da Alta e a transferência de funções para a parte baixa da cidade não se fará sem oposição. O poder régio preocupar-se-á, frequentemente, com o povoamento da Alta numa tentativa, nem sempre bem conseguida, de impedir a desertificação.

O dinamismo comercial é sempre o mais difícil de manter num espaço que lhe é por natureza adverso. As dificuldades de transporte de animais e mercadorias estiveram, com certeza, na origem da transferência do mercado semanal do interior da cerca para o arrabalde, ainda no reinado de D. Afonso III (RAU, V. – *Feiras medievais...*, p. 132). É, no entanto, com D. Fernando que se tomam medidas mais enérgicas no sentido de contrariar a tendência de progressivo abandono: na década de 1370 tenta, por meio de incentivos e isenções, fixar a população na zona intramuros. Outorga ao município coimbrão o privilégio de uma feira franca a realizar «dentro na cerca da dicta cidade no cural dos nossos paaços e arredor delles» (RAU, V. – *Feiras medievais...*, p. 131), tornando obrigatória a passagem do tráfego comercial no espaço intramuros.

À semelhança do mercado semanal, o resultado não foi também o esperado, pois, logo em 1391, D. João I permite que a feira decorra fora de portas.

É ainda com D. Fernando que, transferido o Estudo Geral de Lisboa para Coimbra, se instala, por iniciativa régia, junto ao Paço da Alcáçova. O carácter aristocrático e pouco dinâmico da cidade alta originou tensões e conflitos que obrigaram o monarca a decidir, em 1370, pela sua instalação no arrabalde (COELHO, M. H. da C. – *Coimbra trecentista...*, p. 348). Não fora a nova transferência do Estudo para a capital, sete anos decorridos, e o desenvolvimento de Coimbra teria sido bem diverso.

Tudo indica que, no século XV, Coimbra seria uma cidade em pleno desenvolvimento, com as contradições e hesitações próprias de um período de crescimento. Uma cidade que, apesar de bipolarizada, se define pelo todo e só assim pode ser entendida.

É esta cidade que D. Pedro recebe em 1415 como cabeça do ducado que lhe foi outorgado por seu pai.

Feita uma análise, forçosamente breve, dos principais elementos urbanos, verifica-se que não ressaltam obras de vulto durante o período em que o infante senhoria a região.

Na Almedina, os principais eixos de circulação são seculares, alguns de herança romana, quase todos com a marca da permanência muçulmana, mas acima de tudo fruto da adaptação a uma topografia acidentada. Quanto ao arrabalde, de ocupação mais recente, estaria já perfeitamente definido nos inícios do século XV. O crescimento quatuorcentista, far-se-á, ao que tudo indica, pela justaposição de novas construções, seguindo a «regra» anterior ou densificando pelo crescimento em altura. Só no século XVI se abrem novas vias como a Rua da Sofia, a rua que vai para Montarroio ou a Rua das Figueirinhas, para focar apenas o papel de frei Brás de Braga, prior de Santa Cruz (DIAS, P. – *A arquitectura...*, pp. 40-41).

Da mesma forma, os edifícios fundamentais, estruturadores da malha urbana, tais como o castelo, o paço, a catedral, o mosteiro crúzio ou a generalidade das igrejas, fossem as antigas colegiadas ou os mais recentes mosteiros mendicantes, existiam já à data da fundação do ducado. Em torno destes edifícios rasgavam-se os principais pólos de sociabilidade. Praças e adros, com a sua dinâmica própria nem sempre, porém, correspondiam às necessidades do quotidiano ou às expectativas de quem os tutelava. Acanhados, só no século seguinte seriam alvo de verdadeiras intervenções urbanísticas como se verificou em relação à Sé, a Santa Cruz ou à Praça de São Bartolomeu.

O mesmo se pode afirmar quanto a equipamentos urbanos de importância vital para a cidade de Coimbra, caso da ponte e dos cais. Se em 1440, D. Pedro, enquanto regente, disponibiliza dois contos de réis para várias obras na cidade, figurando entre elas a ponte de Coimbra (COELHO, M. H. da C. – *O infante...*, p. 35), a verdade é que só com D. Manuel serão renovados ou mesmo reconstruídos (DIAS, P. – *A arquitectura...*, pp. 28-38). É também a este monarca que se deve a (re)pavimentação da Rua da Calçada (DIAS, P. – *A arquitectura...*, p. 37), bem como a reedificação dos Paços da Alcáçova.

Pela análise da cidade e do seu desenvolvimento no período medieval, mantém-se o silêncio no que toca a uma possível intervenção urbanística promovida por D. Pedro.

Sabe-se, pela documentação conservada, que não descurava alguns aspectos importantes à vida da cidade, de que é exemplo a sua preocupação com

o abastecimento de água. Pretendeu encaná-la e levá-la ao castelo, onde ordenou a construção de um chafariz (MACEDO, F. – *O infante...*, p. 484). Para tal, viu-se obrigado a recorrer às fontes de Santa Cruz, o que veio a despoletar uma acesa questão com o prior do mosteiro, finalmente resolvida a contento deste último pelo embargo da obra (COELHO, M. H. da C. – *O Baixo Mondego*, p. 570). Poderes instituídos que coarctam a acção de D. Pedro.

Em 1426, na carta enviada de Bruges, o infante lembra a D. Duarte que «a fortaleza [do reino] esta no repayamento e garnição das vilas e castelos», acrescentando que essas obras tão necessárias são em «voso reyno muitas vezes esquecidas» (SÁ, A. – *A carta...*, p. 47). Não o esquecerá enquanto duque de Coimbra, ordenando o «corregimento e repayamento de muros» (PIMENTA, B. – *As cartas...*, p. 49). Não devem, no entanto, ter sido obras avultadas uma vez que não deixaram vestígios físicos identificáveis ou quaisquer outras referências documentais. Uma vez mais, só no século XVI se empreendem obras de remodelação nalgumas das mais importantes portas do sistema defensivo da cidade: a de Almedina, a Porta da Barbacã e a da Portagem são disso exemplo (DIAS, P. – *A arquitectura...*, p. 55).

Um projecto idealizado, mas não concretizado, e pequenas obras de manutenção, características de qualquer gestão urbana, são os dois únicos elementos disponíveis para a análise do tema em questão.

D. Pedro e o seu ducado. Na posse deste homem de cultura superior, invulgarmente viajado e em contacto com grandes vultos da Europa do tempo, estava todo um vasto território, a que dedica uma atenção muito especial. Percorre-o incessantemente. No período que medeia entre 1428 e 1438, ou seja, desde o regresso da longa viagem que empreende pela Europa até à morte do irmão D. Duarte, altura em que é associado ao governo, D. Pedro permanece, por longos períodos, no seu ducado. No entanto, mesmo enquanto regente, D. Pedro não descursa os seus domínios, não apenas por razões administrativas e económicas mas também porque nelas encontra resposta às suas necessidades militares mais prementes (MORENO, H. B. – *O infante...*, p. 47).

O contacto estreito traduz-se num conhecimento profundo da terra que tenta valorizar, como já foi salientado por Maria Helena da Cruz Coelho. Desde logo, a nível económico, pelo reordenamento do seu património, através de compras ou escambos, pelo cadastro dos bens que lhe permitia exercer cabalmente os seus direitos e jurisdições, pela conquista de novas terras, mediante a secagem de pân-

tanos e a drenagem das águas do Mondego ou a abertura de valas. Incrementa a pesca e a salinicultura, fomenta o comércio instituindo feiras francas (COELHO, M. H. da C. – *O Baixo Mondego... e O infante...*; MORENO, H. B. – *O infante...*).

Nesta gestão patrimonial mostra-se um homem moderno, de concepções avançadas. O ordenamento do território que promoveu no espaço rural parece, contudo, não ter tido paralelo no espaço urbano de Coimbra. A cidade «capital» do ducado deveria ter funcionado como símbolo do prestígio da poderosa Casa de Coimbra, uma das mais importantes do reino a par com as casas de Viseu e Bragança.

É D. Pedro quem afirma: «E posto que eu tenha grande cargo das outras cidades villas do Regno muyto em espicial otenho dessa cidade por me dhi chamar Duque Epor ystome prazeria que fosse muyto ben Regida e mantiuda em direyto e Justiça» (PIMENTA, B. – *As cartas...*, p. 43).

Enquanto realidade física, passível de intervenções significativas, a cidade não parece ter sido uma das preocupações do infante. No contexto global do país quatrocentista, Coimbra seria, tal como a recebe D. Pedro, já suficientemente prestigiante.

Há, no entanto, outras explicações plausíveis para a não intervenção do duque. Destacou-se já a forte componente histórica da cidade. Em 1415, D. Pedro torna-se senhor de um espaço já construído e profundamente vivido. É o peso das preexistências a ter em conta em qualquer projecto de intervenção no espaço urbano. Mas, mais importante que as preexistências físicas, seria, seguramente, a resistência dos detentores do solo. Neste jogo de contrapoderes limitando a acção do duque, Santa Cruz é talvez o melhor exemplo, mas outros podem ser apontados como o rei, o bispo, o cabido ou mesmo o próprio concelho. Apesar de senhor de Coimbra (e mesmo regente do reino), D. Pedro optará sempre por uma política conciliatória, demonstrando grande tacto diplomático.

Um outro aspecto ainda: a ausência de uma forte pressão demográfica. Quando existe torna-se rapidamente motor de desenvolvimento e causa de transformações da paisagem urbana, o que, em Coimbra, só virá a acontecer após o estabelecimento definitivo da Universidade, em 1537. Como realçam Ana Paula Margarido e Margarida Vilar Queirós, «está gerada a força impulsadora do crescimento de Coimbra e a modificação da sua fisionomia é inevitável, principalmente na Alta» (MARGARIDO, A.; QUEIRÓS, M. – *A Universidade...*, p. 360).

À época de D. Pedro, Coimbra vive um tempo intermédio com um equilíbrio próprio. Preterida nos itinerários régios a favor de cidades como Lisboa, Santarém e Évora, apesar da importância temporária que assume durante o período da regência de D. Pedro, não é ainda a cidade universitária de D. João III. A curta existência do ducado, extinto em 1449, também não permitiu o despoletar de transformações visíveis.

Entre 1415 e 1449, a cidade surge perfeitamente apetrechada encontrando resposta para as necessidades correntes.

A rede urbana portuguesa foi, ao longo da Idade Média, alvo da preocupação de diversos monarcas. A concessão de forais, a fundação de vilas novas ou a regulamentação veiculada através das posturas municipais são disso exemplo. Nalguns casos, mais raros, a cidade preexistente é palco de intervenções profundas como a abertura da Rua Nova em Lisboa ou a Rua Formosa no Porto, em ambos os casos instrumentos utilizados pelo poder para fomentar o desenvolvimento urbanístico. Contudo, será necessário esperar pelo final do século XV, por aquilo que Walter Rossa caracterizou como «o segundo grande momento da história do urbanismo português, onde os procedimentos passam a ser regulados por uma *praxis* específica», para que a cidade portuguesa seja objecto de orgulho e as intervenções acrescidas de valores estéticos (ROSSA, W. – *A cidade portuguesa...*, p. 265).

Talvez por isso o conhecimento de uma realidade tão diferente quanto a das cidades europeias não deva ter sido encarado por D. Pedro como possível alternativa. Se despertaram alguma curiosidade não foi, porém, suficiente para que as elegesse como modelos de referência susceptíveis de assimilação imediata.

Por estas ou por outras razões, a política de D. Pedro para o seu ducado, enquanto patrono e mecenas, parece orientar-se para outro tipo de intervenções. Desde logo as motivadas pela devoção e piedade, tão próprias do homem de Quatrocentos. É neste âmbito que patrocina obras de beneficiação nas igrejas de São Miguel de Penela e Aveiro, bem como na igreja de Nossa Senhora da Assunção em Tentúgal. A estas duas últimas vilas atrai dominicanos e franciscanos, contribuindo generosamente para a edificação dos respectivos mosteiros (MACEDO, F. – *O infante...*, pp. 462-472). No estaleiro da Batalha, o maior e mais avançado de então, encontra os mestres a quem encomenda imagens com que orna os templos remodelados (DIAS, P. *O infante...*, pp. 491-505).

Ainda no âmbito das intervenções arquitectónicas, adquire especial destaque a construção de paços, nos locais onde mais frequentemente estanciava.

Em Coimbra, utiliza os paços da Alcáçova e de Santa Clara, ambos propriedade régia, facto que talvez explique a ausência de intervenções. O mesmo não se verifica quanto aos de Penela, Aveiro e Tentúgal.

Na vila de Penela, para além do paço do castelo, sobradado, ergue de raiz um outro, cerca de dois quilómetros a sul, no lugar de Chaqueda. Ambos desaparecidos, resta para este último a descrição do Tombo de Penela. De pequenas dimensões, possuía algumas das dependências características dos paços medievais: no piso térreo uma «gram sala com sseu alpendre [...] e antecamaras». No piso superior, a câmara alta (ARNAUT, S. – *O infante...*, pp. 196-197). Local privilegiado de caça, novas exigências de conforto ou uma outra sensibilidade na fruição da paisagem, são alguns factores que podem estar na origem da edificação de um paço a tão escassa distância de outro já existente. De qualquer forma, a «multiplicação e desdobramento de possíveis locais de residência» foi uma tendência geral, ao longo de todo o século XV (GOMES, R. C. – *A Corte...*, p. 260).

Para Aveiro, recebe autorização de D. Duarte para «fundar acerqua do muro dessa meesma e em cima della algumas dellas [casas] por averem melhor vista» (BRANCO, M. – *Aveiro...*, pp. 43-44). Nada resta deste Paço, ao que tudo indica sobradado e voltado a ocidente, para o porto e zona buliçosa da vila (BRANCO, M. – *Aveiro...*, pp. 43-44). Localização que se o tornava, por um lado, miradouro privilegiado, não deixava, por sua vez, de constituir uma marca indelével da presença de D. Pedro enquanto senhor de Aveiro.

Aveiro assume um lugar de destaque. Ao dar prosseguimento aos trabalhos na muralha, iniciados por seu pai, o infante intervém de forma marcante no espaço físico, facilitado pelo facto de só agora a vila iniciar o seu crescimento, pelo que o peso das preexistências seria muito menor. D. Pedro manifesta um verdadeiro interesse pelas questões do desenvolvimento urbano (BRANCO, M. – *Aveiro...*, pp. 27-31; MACEDO, F. – *O infante...*, p. 465), a ele se devendo também a construção de novas calçadas (BRANCO, M. – *Aveiro...*, p. 77).

Em 1413, D. João I doou ao infante os paços, o lugar e o reguengo de Tentúgal. A capela subsistente parece ser um indicador seguro de que também aqui empreendeu obras de vulto no engrandecimento dos paços primitivos (MACEDO, F. – *O infante...*, pp. 470 e segs.).

Obras de carácter religioso e construção de paços parecem ter sido a grande preocupação de D. Pedro enquanto edificador. Se as obras piedosas foram uma constante ao longo de toda a Idade Média, a construção de paços é, em Portugal, um fenómeno característico do século XV (SILVA, J. – *A morada... e Paços medievais...*). A política de D. Pedro integra-se num movimento muito mais vasto que, partindo da casa real, encontra eco em toda a nobreza do reino. Sinal de mudança dos tempos e das (con) vivências, a ampliação ou construção de paços responde à complexidade progressiva da vida na corte, quer por uma maior exigência ao nível da etiqueta e do protocolo quer pelo número crescente de pessoas que vivem em torno do monarca e da família real. Rui de Pina refere que D. Pedro «foi quem fez primeiramente usar que os reis e principes n'estes reinos comessem em publico, e fossem em suas mesas acompanhados o que d'antes não faziam» (PINA, R. – *Chronica...*, cap. CXXV). Se se atender ainda ao facto de que a Casa do Infante D. Pedro era composta por trezentos e setenta e quatro homens, dos quais cerca de 30% desempenhavam cargos no paço (COELHO, M. H. da C. – *O Baixo Mondego...*, p. 565), compreende-se facilmente a necessidade de construção de novas moradas. Contudo, a edificação ou remodelação de paços que se generaliza em finais da Idade Média funciona, em última análise, como uma clara afirmação de poder e grandiosidade.

D. João I empreendeu obras num número significativo de paços como Leiria, Sintra, ou o Paço da Alcáçova em Lisboa. Os filhos seguem-lhe o exemplo: D. João em Belas, D. Henrique em Tomar, Viseu, Soure, D. Pedro em Tentúgal, Aveiro e Penela. Ainda no círculo familiar da corte, destaca-se a acção da Casa de Bragança: em Guimarães, pelo Duque Velho, em Ourém e Porto de Mós, por D. Afonso, em Barcelos, por D. Fernando.

É esta uma das formas mais eficazes encontrada pela alta nobreza do século XV para afirmar o seu prestígio. D. Pedro não foi uma excepção. O imenso cuidado posto na gestão administrativa de Coimbra, de que existem inúmeras provas documentais, não encontrou paralelo numa vontade expressa de moldar o espaço urbano. Intervenções determinantes na aparência física da cidade, quantas vezes despoletadas por questões de prestígio e afirmação social, eram ainda raras no Portugal da época. No caso específico de Coimbra esse papel pertencerá aos homens do século XVI.

**Bibliografia**

- ALARCÃO, Jorge – *As origens de Coimbra*, sep. das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, Coimbra, 1979.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um percurso através da paisagem urbana medieval*, in «Povos e Culturas – A Cidade em Portugal: onde se vive», Lisboa, (2), 1987, pp. 57-77.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – *Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas*, in «A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares. Actas 1», Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 121-140.
- ANDRADE, Amélia Aguiar – *A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação*, in «Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português. 1415-1822», Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 11-38.
- ARNAUT, Salvador Dias – *O infante D. Pedro, senhor de Penela*, in «Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro», Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, vol. LXIX, pp. 173-217.
- BARROCA, Mário Jorge, *Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)*, in «Revista de História das Ideias», Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 19, 1997, pp. 39-103.
- BENEVOLO, Leonardo – *A cidade na história da Europa*, Lisboa, Presença, 1995.
- BRAUNFELS, Wolfgang – *Urbanismo occidental*, Madrid, Alianza Forma, 1987.
- CARVALHO, J. Branquinho de – *Tombo antigo da Câmara de Coimbra (1532)*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *A propósito do Foral de Coimbra de 1179*, in «Arquivo Coimbrão», Coimbra, vol. XXVII-XXVIII, 1980, pp. 329-345.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *Coimbra trecentista a cidade e o estudo*, in «Biblos», Coimbra, vol. LXVIII, 1992, pp. 335-356.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, in «Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro», Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. LXIX, 1993, pp. 15-57.
- CORREIA, Vergílio – *Obras*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1946, vol. I.
- DIAS, Pedro – *A arquitectura de Coimbra na transição do Gótico para a Renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982.
- DIAS, Pedro – *O infante D. Pedro e os escultores e pintores*, in «Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro», Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. LXIX, 1993, pp. 492-505.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 1989.
- GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. IV, 1955.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval, 1200-1500*, in «Cadernos da Revista de História Económica e Social», Lisboa, Sá da Costa, (9-10), 1987.
- GOMES, Rita Costa – *A corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.
- GOMES, Saul António – *A produção artesanal*, in «Nova História de Portugal», Lisboa, Presença, 1996, vol. III, pp. 476-486.
- GOMES, Saul António – *Mundo rural e mundo urbano*, in «Nova História de Portugal», Lisboa, Presença, 1996, vol. III, pp. 386-399.
- GONÇALVES, Iria – *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, Porto, Civilização, s/d.
- LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1960-1964, vol. I e II.
- Livro de Regimentos e Posturas da Cidade de Coimbra*, in «Arquivo Coimbrão», Coimbra, 1940, vol. V, pp. 49-157.
- MACEDO, Francisco Pato de – *O infante D. Pedro – Patrono e mecenas*, in «Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro», Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. LXIX, 1993, pp. 460-490.
- MARGARIDO, Ana Paula; QUEIRÓS, Margarida Vilar – *A Universidade de Coimbra e as alterações na malha urbana da Alta*, in «Universidade(s), História, Memória, Perspectivas, Actas do Congresso História da Universidade», Coimbra, 1991, vol. 2, pp. 357-393.
- MARGARIDO, Ana Paula – *A morfologia urbana da Alta de Coimbra. Ensaio sobre o traçado da malha e sua evolução*, in «Cadernos de Geografia», Coimbra, IEG, (6), 1987, pp. 43-69.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1974.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.
- MORENO, Humberto Baquero – *O infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerários e ensaios históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1997.
- PARDO, Vittorio Franchetti – *Historia del Urbanismo, Siglos XIV y XV*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1985.

- PIMENTA, Belisário – *As cartas do infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)*, sep. do «Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra», Coimbra, vol. XXIII, 1958.
- PIMENTEL, António Filipe – *Domus Sapientiae, O Paço das Escolas*, in «Monumentos», Lisboa, DGEMN, (8), 1998, pp. 35-39.
- PINA, Ruy de – *Chronica de El Rei D. Affonso V*, Lisboa, Bibliotheca de Classicos Portuguezes, 1901.
- RAU, Virgínia – *Feiras medievais portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Presença, 1983.
- ROSSA, Walter – *A cidade Portuguesa*, in «História da Arte Portuguesa», Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, vol. III, pp. 233-323.
- ROSSA, Walter – *O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas*, in «Colectânea de Estudos. Universo Urbanístico Português. 1415-1822», Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 509-536.
- SÁ, A. Moreira de – *A Carta de Bruges do infante D. Pedro*, in «Biblos», Coimbra, Universidade de Coimbra, vol. XXVIII, 1952, pp. 33-54.
- SILVA, Armando Carneiro da – *Evolução populacional de Coimbra*, sep. do «Arquivo Coimbrão», Coimbra, vol. XXIII, 1967.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *Paços medievais portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995.
- SILVA, José Custódio Vieira da – *A morada privilegiada – O Paço*, in «O Fascínio do Fim», Lisboa, Livros Horizonte, 1997, pp. 23-44.
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro medieval*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1991.
- VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de – *Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930.
- VENTURA, Leontina – *A muralha coimbrã na documentação medieval*, sep. das «Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro», Coimbra, 1979.

## Índice

---

Nota explicativa . . . . .	7	Teorías y planes, usos y costumes en la urbanística hispanoamericana . . . . .	117
Discurso de abertura do comissário-geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses . . . . .	9	<i>Alberto de Paula</i>	
<i>Joaquim Romero Magalhães</i>		Formação dos primeiros centros urbanos de Santiago de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia . . . . .	131
Discurso de abertura do comissário do Projecto . . . . .	11	<i>Carlos Carvalho</i>	
<i>Walter Rossa</i>		Análise das estruturas urbanas em África e especialmente na África Oriental entre os séculos VII e VIII e o impacte da Expansão portuguesa . . . . .	139
Sessão I		<i>Gerhard Liesegang</i>	
<b>A rede e as estruturas urbanas portuguesas antes da Expansão</b>		Permanência e renovação da urbanística medieval portuguesa no Brasil . . . . .	157
Apresentação . . . . .	17	<i>Glenda Pereira da Cruz</i>	
<i>Maria Helena da Cruz Coelho</i>		Legislação e administração urbana no século XVI . . . . .	171
A propriedade e o poder no espaço urbano quatrocentista . . . . .	23	<i>Helder Carita</i>	
<i>Adelaide Millán da Costa</i>		Análise das estruturas e funções urbanas na África Ocidental antes da presença europeia . . . . .	183
Fronteira e rede urbana: um aspecto da estratégia régia de consolidação do espaço do Portugal medievo . . . . .	37	<i>Ilídio do Amaral</i>	
<i>Amélia Aguiar Andrade</i>		An interface of east and west: the Sri Lanka Cities of Mutual Heritage . . . . .	197
Relação entre os concelhos e o espaço, segundo o <i>Corpus</i> Legislativo de Produção Local, na Idade Média	51	<i>Indrajith Dias Kuruppu</i>	
<i>Iria Gonçalves</i>		Dinâmicas urbanísticas do Porto no século XVI e início do século XVII – a colina da vitória como construção de uma cidade nova . . . . .	201
Coimbra, «capital» do ducado do infante D. Pedro. Algumas questões em torno de uma possível intervenção urbanística . . . . .	57	<i>José Ferrão Afonso</i>	
<i>Luisa Trindade</i>		Diu: Urban evolution . . . . .	213
Relações entre poder local e poder central: aspectos de uma relação complexa . . . . .	69	<i>José Noronha</i>	
<i>Maria da Conceição Falcão Ferreira</i>		Normas para a legislação urbana na cidade de São Paulo do século XVI ao XIX: reflexão e análise . . . . .	223
O desenho da cidade: contribuição para o seu estudo . . . . .	79	<i>Maria José Feitosa</i>	
<i>Marta Oliveira (coord.)</i>		Malaca: a evolução urbana ao tempo do domínio português . . . . .	235
Contributos da arqueologia medieval para o conhecimento do processo urbanístico e territorial da passagem do Gharb al-Ándalus para o reino de Portugal . . . . .	99	<i>Pedro Dias</i>	
<i>Santiago Macias e Cláudio Torres</i>		Estudo morfológico da cidade de São Tomé no contexto urbanístico das cidades insulares atlânticas de origem portuguesa . . . . .	247
		<i>Teresa Madeira</i>	
Sessão II		Sessão III	
<b>O espaço de um mundo novo no contexto da Expansão portuguesa</b>		<b>Teoria, método e praxis</b>	
Apresentação . . . . .	115	De quanto serve a Ciência do Desenho no serviço das obras de el-rei . . . . .	267
<i>Paulo Varela Gomes</i>		<i>Beatriz Bueno</i>	

O estabelecimento da rede de cidades no Norte do Brasil durante o período filipino . . . . .	283	As estruturas urbanas do Rio Grande do Sul no século XVIII e suas persistências . . . . .	511
<i>Dora Alcântara e Cristovão Duarte</i>		<i>Luiz Fernando Rhoden</i>	
Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro colonial . . . . .	299	Images of Goa . . . . .	523
<i>Fania Fridman</i>		<i>Lurdes Bravo da Costa</i>	
Poder régio e poder concelhio na disputa pela administração do espaço urbano do Rio de Janeiro: séculos XVII e XVIII . . . . .	321	Criação da rede urbana na Capitania da Bahia: século XVIII . . . . .	533
<i>Maria Fernanda Bicalho</i>		<i>Maria Helena Ochi Flexor</i>	
Il disegno urbano della città portoghese nell' Oltreoceano: uno sguardo ai Trattati Italiani del Rinascimento . . . . .	335	Vilas paulistas do século XVII . . . . .	555
<i>Giuliana Finizio</i>		<i>Nestor Goulart Reis Filho</i>	
Condições sanitárias nas cidades brasileiras de fins do período colonial (1777-1822): teorias e práticas em debate . . . . .	349	Rede urbana do Ceará no século XVIII: Icó, Aracati e Sobral . . . . .	567
<i>Ivone Salgado</i>		<i>Romeu Duarte Junior</i>	
Instrumentos para a percepção do espaço da «escola portuguesa de urbanismo». Geometria prática . . . . .	359	Diamantina . . . . .	579
<i>José Luís Mota Menezes</i>		<i>Til Pestana</i>	
Visão de cidade e do território no período joanino: a acção do brigadeiro Alpoim . . . . .	369	<b>Sessão V</b>	
<i>Margareth da Silva Pereira</i>		<b>Análises tipológicas: programas, formas e vivências</b>	
Espaço urbano no recinto fortificado do século XVII: a teoria e a prática . . . . .	383	Apresentação . . . . .	595
<i>Margarida Valla</i>		<i>Nuno Portas</i>	
Os engenheiros-mores na gestão do Império: a Provedoria das Obras dos meados do século XVI . . . . .	393	La ciudad en la praxis hispanoamericana . . . . .	599
<i>Rui Carita</i>		<i>Alberto Nicolini</i>	
<b>Sessão IV</b>		A influência do porto na formação e configuração das cidades cabo-verdianas: Ribeira Grande, Praia e Mindelo . . . . .	615
<b>Cidades e redes urbanas</b>		<i>António Leão Correia e Silva e Fernando Pires</i>	
Ilha de Marajó – território dos aruãs . . . . .	409	Os sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão . . . . .	621
<i>Ana Cristina Braga</i>		<i>Deusdedit Carneiro Leite Filho</i>	
São Luís e Alcântara na estratégia território-colonial . . . . .	415	As cidades e as reduções jesuíticas dos guaranis. O traçado reticular como vestígio das diretrizes urbanas espanhola e luso-brasileira . . . . .	631
<i>Ananias Alves Martins</i>		<i>Gilberto Sarkis Yunes</i>	
Evolution of Margão town in Goa through Portuguese era (1510-1961 AD) . . . . .	425	Slaves in the urban structure of Indo-Portuguese cities . . . . .	639
<i>Ashish K. Rege</i>		<i>Jeanette Pinto</i>	
Marajó: território e formação urbana colonial . . . . .	435	Forma urbana no Brasil – uma amostragem de casos-tipo . . . . .	651
<i>Edilson Nazaré Dias Motta</i>		<i>José Pessoa</i>	
Rio de Janeiro. La città e il territorio . . . . .	447	Elaboração de uma base de dados sobre as estruturas urbanas da Expansão – aplicação à análise de alguns espaços urbanos de influência portuguesa na Índia . . . . .	661
<i>Giovanna Rosso Del Brenna</i>		<i>José Manuel Fernandes</i>	
A cidade capital e o conceito moderno de espaço urbano: Lisboa, Paris e Londres . . . . .	461	Arruar e atravessar: a estruturação de nossa cidade . . . . .	669
<i>Helena Murteira</i>		<i>Murillo Marx</i>	
O estabelecimento de povoações ao longo do rio Kwanza . . . . .	473	A contribuição mudejar à configuração da cidade colonial brasileira . . . . .	681
<i>Isabel Martins</i>		<i>Paulo Ormino de Azevedo</i>	
As cidades da rede de defesa interna da Amazônia. Óbidos, Santarém e Manaus . . . . .	481	Ouro Preto, concretização do espaço existencial barroco nas Minas Gerais dos séculos XVII e XVIII . . . . .	709
<i>Jussara da Silveira Derenji</i>		<i>Pedro Alcântara</i>	
A cidade de Bragança na época moderna. Defesas e constrangimentos sobre o tecido urbano . . . . .	497	The city of Goa as «civilization»: a critique of urban systems and life in the 16 <sup>th</sup> -18 <sup>th</sup> centuries . . . . .	717
<i>Luís Alexandre Rodrigues</i>		<i>Pratima Kamat</i>	
		Urbanismos alternativos en la Hispanoamérica colonial . . . . .	733
		<i>Ramón Gutiérrez</i>	

Sessão VI

**Cultura do território**

Apresentação . . . . .	749	Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa (primeiras impressões para os séculos XVII e XVIII) . . . . .	825
<i>Walter Rossa</i>		<i>Margarida Tavares da Conceição</i>	
Território de fronteira: adaptación, trazado y estructuras en la raya española . . . . .	751	A cidade na «África Portuguesa». Século XIX – primeira síntese . . . . .	841
<i>Antonio-José Campesino Fernández</i>		<i>Maria de Lurdes Janeiro e José Manuel Fernandes</i>	
As vilas e os territórios: processos de formação e evolução da rede urbana na capitania de Minas Gerais . . . . .	769	From Bassein to Bombay: territory, colony and property (c. 1530-1830) . . . . .	855
<i>Cláudia Damasceno Fonseca</i>		<i>Mariam Dossal</i>	
A imagem desenhada como testemunho dos critérios de apropriação do território. As cidades da Ribeira Grande e de Praia nas ilhas de Cabo Verde . . . . .	787	La red de estructuras urbanas en las fronteras de Sudamérica . . . . .	867
<i>Helena Albuquerque</i>		<i>Ramón Gutiérrez</i>	
The Goan territory of Salcete and the jesuits: defence and structuring . . . . .	799	Lisboa Mariana: adequação e crítica do pombalino . . . . .	879
<i>J. Velinkar S. J.</i>		<i>Raquel Henriques da Silva</i>	
Anotações sobre a ocupação do território na ilha de Santa Catarina e a evolução urbana da cidade de Florianópolis, Brasil . . . . .	809	A fronteira a ocidente: o Mato Grosso . . . . .	887
<i>Lisete Assen de Oliveira</i>		<i>Renata Araújo</i>	
		Military engineering and the «Colonial» project for Brazil: agency and dominance . . . . .	905
		<i>Roberta Marx Delson</i>	
		Siglas e abreviaturas . . . . .	919
		Notas curriculares . . . . .	921